Licenciatura em Direito, pela Universidade Moderna;
Parte Curricular do Mestrado em Estudos Portugueses — Culturas Regionais, pela Universidade Nova de Lisboa — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Percurso profissional

1992 — 1994 — Chefiou várias Secções, designadamente, no âmbito das Finanças, Operações, Informações e Segurança, Secretaria e Instrução, tendo desempenhado, em acumulação, as funções de Oficial de Segurança para a Área Informática e ministrado formação em diversos cursos, na área Informática, Financeira, Administração e Gestão de Materiais, Operações, Informações e Transmissões, no Batalhão de Adidos
1995 — 1998 — Chefe da Secção de Pessoal e Oficial de Justiça no Regimento de Infantaria n.º 3 (Beja);
1998 — 2003 — Comandante de Companhia no Instituto de Altos Estudos Militares;
2003 — 2007 — Adjunto da Secção de Assuntos Jurídicos, Chefe da Secção de Estudos e Direito Militar e Chefe da Secção de Contratos e Protocolos, na Assessoria Jurídica do Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército;
2008 — Chefe da Secção Logística e Chefe da Secção de Pessoal no Regimento de Infantaria n.º 3 (Beja);
2008 — 2010 — Chefe da Secção de Contratos e Protocolos, na Assessoria Jurídica do Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército.
Foi ainda Conferencista no Instituto de Estudos Superiores Militares — Curso de Promoção a Oficial Superior, Representante do Exército — Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, dos concelhos de Cuba, Lagoa, Silves e S. Brás de Alportel e Legal Advisor — Missão Temporária de Apoio Jurídico às Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), no âmbito da Cooperação Técnico-Militar.

Louvores e Condecorações

Da sua folha de serviços constam doze louvores, sendo seis concedidos por Oficial-General e seis por Oficial Superior.
É condecorado com a medalha de Mérito Militar de 3.ª classe, medalha de Comportamento Exemplar grau cobre e grau prata e medalha de D. Afonso Henriques, 3.ª e 2.ª classe.

203445719

Governo Civil de Portalegre

Aviso n.º 13589/2010

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência do meu Despacho de 02-06-2010 e ao abrigo dos artigos 46.º e 47.º da referida lei, que determinou a alteração de posição remuneratória por opção gestionária, do escalão 420 para o 440, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o trabalhador João José Fonseca Branco, da carreira subsistente de Informática, com a categoria de Técnico de Informática, com efeitos a 01 de Janeiro de 2010, nos termos do n.º 7 do artigo 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Portalegre, 21 de Junho de 2010. — O Governador Civil, *Jaime Estorninho.*

203442438

Aviso n.º 13590/2010

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência do meu Despacho de 02-06-2010 e ao abrigo dos artigos 46.º e 47.º da referida lei, que determinou a alteração de posição remuneratória por opção gestionária, do escalão 340 para o 370, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a trabalhadora Maria do Carmo Mangerona Ruivo Mourato, da carreira subsistente de Informática, com a categoria de Técnica de Informática, com efeitos a 01 de Janeiro de 2010, nos termos do n.º 7 do artigo 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Portalegre, 21 de Junho de 2010. — O Governador Civil, *Jaime Estorninho*.

203442616

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 11177/2010

Considerando a publicação no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 89, de 7 de Maio de 2010, na Bolsa de Emprego Público, com o código de oferta n.º OE201005/243, e no Jornal Correio da Manhã de 8 de Maio de 2010, do aviso veiculando a pretensão da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça em seleccionar titular para o cargo de Chefe de Divisão Acção Social Complementar do Departamento de Gestão do Subsistema de Saúde e Acção Social Complementar da Justiça, unidade orgânica flexível, cuja área de actuação está prevista no ponto 1.7.2 do Despacho n.º 11 650/2007, de 22 de Maio, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 113, de 14 de Junho, e nas alíneas *h*) a *o*) do artigo 8.º da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, em desenvolvimento da Lei Orgânica prevista no Dec. Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril;
Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e findo o procedimento concursal, o respectivo júri "elabora a proposta de nomeação, com indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos";
Considerando que, das candidaturas apresentadas, se verifica que a da Licenciada Carla Isabel dos Santos Guerreiro, para além de cumprir os requisitos obrigatórios e anunciados, é aquela que melhor se adequa ao perfil pretendido, uma vez que evidencia habilitações académicas consideradas muito relevantes para o cargo a prover, experiência profissional relevante na área de actuação, nomeadamente no domínio dos subsistemas públicos de saúde, conhecimento do MJ e do seu funcionamento, decorrente do exercício de funções em sectores de actividade que pressupõem relacionamento directo e frequente com todos os serviços e organismos do departamento ministerial, boa capacidade de análise crítica e argumentativa, elevado interesse para o exercício das funções, boa capacidade lógica e de comunicação oral, bem como variedade, profundidade e riqueza de experiência profissional em actividades relevantes, permitindo antever significativa capacidade de adaptação às funções a exercer.
Considerando que, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, "os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo";
Considerando, por último, que, nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o provimento nos cargos de direcção intermédia produz efeitos à data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente indicada.
Nomeio, com efeitos a 28 de Junho de 2010, em comissão de serviço, para o cargo de Chefe de Divisão de Acção Social Complementar do Departamento de Gestão do Subsistema de Saúde e Acção Social Complementar da Justiça do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, a Licenciada Carla Isabel dos Santos Guerreiro, técnica superior do mesmo mapa de pessoal, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, 02 de Julho de 2010. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Lopes Duarte*.

Síntese curricular

Carla Isabel dos Santos Guerreiro
Data de Nascimento — 29 de Outubro de 1979
Naturalidade — Évora
Categoria profissional — Técnica superior

Habilitações Académicas

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2002, com pós-graduação em Direito Fiscal, pela mesma faculdade, em 2003.

Actividade profissional na Administração Pública:

Desde 1 de Março de 2010: Chefe de divisão, em regime de substituição, no Departamento de Gestão do Subsistema de Saúde e Acção Social Complementar da Justiça da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

2008-2010: Técnica superior no Departamento de Gestão do Subsistema de Saúde e Acção Social
Complementar da Justiça da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;
2007-2008: Técnica superior na Divisão de Organização e Métodos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;
2005-2007: Técnica superior na Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;
2005: ingresso na Administração Pública, na categoria de técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, após frequência do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública, no ano 2004/2005.

Formação Profissional:

Acções de formação profissional mais relevantes/recentes
Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP);
A Nova Protecção Social na Administração Pública;
Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores na Administração Pública;
O Novo Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas;
Recrutamento e Selecção a Aplicar nas Novas Carreiras;
Reorganização, Inovação e Criatividade nos Serviços Públicos;
Gestão de Projectos;
Marketing em Organizações Públicas;
Ferramentas para a Gestão de Recursos Humanos;
Planos e Relatórios de Actividades;
Carta Europeia de Condução em Informática (ECDL).

203445492

Direcção-Geral da Política de Justiça

Despacho (extracto) n.º 11178/2010

Por meu despacho, de 24 de Junho de 2010:

Licenciado Pedro Miguel Correia Gonçalves — nomeado, ao abrigo do disposto na alínea *c*), do n.º 1 e no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de Abril, para desempenhar as funções de Consultor nas áreas de planeamento e política legislativa da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 28 de Junho de 2010.
(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

Lisboa, 24 Junho de 2010. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.

203441506

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Secretaria-Geral

Aviso n.º 13591/2010

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de trabalho previstos na Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e Contencioso, na carreira geral de técnico superior e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal desta Secretaria-Geral, aberto pelo Aviso n.º 14938/2009, publicado no *Diário da República,* 2.ª série n.º 163, de 24 de Agosto de 2009 e homologada por meu despacho de 28 de Junho de 2010.

Lista unitária de ordenação final

Candidatos	Classificação final (valores)
Aprovados:	
Cristina Maria Gonçalves Esteves Medina	17,16
António Crisóstomo Fernandes	11,29
Excluídos:	
António Miguel Pires Maranha (*b*)	
João Carlos Jesus Bragança Nunes de Lacerda (*a*)	
Marco Aurélio Madureira Moreira (*d*)	
Maria Alexandra de Lemos Mendes (*d*)	
Manuel Maria Rodrigues Alves Barreiros (*c*)	
Maria Teresa da Cruz Pedro (*c*)	
Olga Marina da Costa Cid (*a*)	
Rosa Maria Aroeira Afonso (*b*)	

(*a*) Excluído nos termos do n.º 13 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, por não ter obtido no método de selecção avaliação curricular nota igual ou superior a 9,5 valores.
(*b*) Excluído, nos termos conjugados no disposto no artigo 19.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou o Orçamento do Estado para 2009, com o n.º 6 do artigo 6.º da LVCR, tendo em conta que este trabalhador pertence à Administração Local.
(*c*) Excluído por não preencher os requisitos exigidos na alínea *d*) do ponto 12 do Aviso de abertura do presente procedimento concursal, tendo sido notificado para suprir a(s) falta(s), não houve resposta da parte do candidato.
(*d*) Excluído por não ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

Lisboa, 1 de Julho de 2010. — *A. Mira dos Santos,* Secretário-Geral.

203443256

Aviso n.º 13592/2010

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de três postos de trabalho previstos na Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e Contencioso, na carreira geral de técnico superior e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal desta Secretaria-Geral, aberto pelo Aviso n.º 14941/2009, publicado no *Diário da República,* 2.ª série n.º 163, de 24 de Agosto de 2009 e homologada por meu despacho de 28 de Junho de 2010.

Lista unitária de ordenação final

Candidatos aprovados	Classificação final (valores)
Ana Paula da Silva Ramalho de Almeida	18,11
Carlos Maria Blasques Rosa Leal	16,67
Matilde Rosa Correia da Silva	15,08
Célia Maria Gouveia Quaresma	12,01

Candidatos excluídos	Motivo
António Crisóstomo Fernandes	*a*)
António Miguel Pires Maranha	*b*)
João Carlos Jesus Bragança Nunes de Lacerda	*a*)
João Miguel Valdez Faria Bidarra Palmeirão	*d*)
Manuel Maria Rodrigues Alves Barreiros	*c*)
Maria Teresa da Cruz Pedro	*c*)
Olga Marina da Costa Cid	*a*)
Rosa Maria Aroeira Afonso	*b*)

a) Excluído nos termos do n.º 13 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, por não ter obtido no método de selecção avaliação curricular nota igual ou superior a 9,5 valores.
b) Excluído, nos termos conjugados no disposto no artigo 19.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou o Orçamento do Estado para 2009, com o n.º 6 do artigo 6.º da LVCR, tendo em conta que este trabalhador pertence à Administração Local.
c) Excluído por não preencher os requisitos exigidos na alínea *d*) do ponto 12 do Aviso de abertura do presente procedimento concursal, tendo sido notificado para suprir a(s) falta(s), não houve resposta da parte do candidato.
d) Excluído por não ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

Lisboa, 1 de Julho de 2010. — O Secretário-Geral, *A. Mira dos Santos*.

203445881

Direcção-Geral das Actividades Económicas

Declaração de rectificação n.º 1325/2010

Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento da Publicação de Actos no *Diário da República,* aprovado pelo Despacho Normativo n.º 35-A/2008, de 29 de Julho, e alterado pelo Despacho Normativo n.º 13/2009, de 1 de Abril, declara-se que o aviso n.º 12 350/2010, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 119, de 22 de Junho de